

**VALE DO RIO DO PEIXE: DA ERVA-MATE À EXPORTAÇÃO
AGROINDUSTRIAL NA ESTEIRA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Diego da Luz Rocha
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Bolsista CNPq
rochageologia@gmail.com

Angela Zatta
Universidade do Oeste de Santa Catarina
angiezatta@gmail.com

Nilson Cesar Fraga
Universidade Estadual de Londrina
ncfraga@uel.br

RESUMO: Em busca de apontar a reestruturação produtiva do Vale do Rio do Peixe, o presente artigo parte da formação socioespacial do Oeste catarinense para situar a região em análise na exploração produtiva do território. Ciclos econômicos como o da erva-mate e da madeira contribuíram sobremaneira não apenas para a ocupação territorial como também para a criação de cidades polo na hierarquia urbana do Vale. Assim, através de pesquisa bibliográfica, indica-se pontos-chave para a compreensão das alterações nas relações de produção do Vale do Rio do Peixe, desde sua ocupação até o momento atual.

Palavras-chave: Vale do Rio do Peixe; Erva-Mate; Madeira; Agroindústria; Hierarquia Urbana

GT – 14: Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos

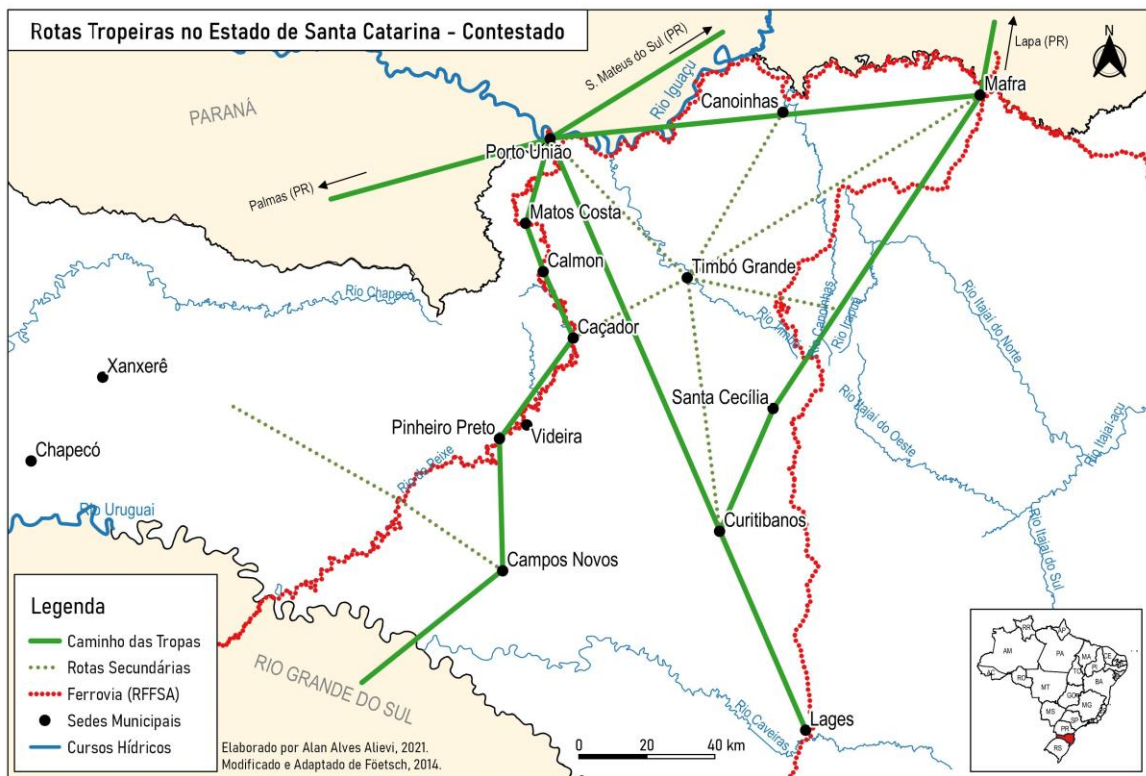
INTRODUÇÃO

Situado no interior do Sul do Brasil, a porção territorial atualmente conhecida como Vale do Rio do Peixe, entre os rios Uruguai e Iguaçu, foi habitada originalmente pelos povos Kaingang que, segundo Santos (1987) expandiram seu território ao Norte e ao Sul conforme as bandeiras paulistas atacaram e aldearam os povos guaranis. Em termos de povoamento, dado que o habitante indígena era desconsiderado, o Sul do país se caracteriza pelos criatórios nos campos do Rio Grande do Sul, Palmas, Lages e Guarapuava, com fazendas instaladas a partir de uma quantia razoável de capital e poucos braços, “permitindo uma ocupação e

povoamento escassos” e, como consequência, “surge a hierarquia populacional, instaurando-se a função tutelar do grande proprietário e as relações clientelísticas decorrentes” (RENK, 2006, p. 33).

O processo de ocupação da área foi impulsionado pelo tropeirismo, ou seja, a aquisição de tropas e seu transporte do Rio Grande do Sul, Uruguai ou Argentina até Sorocaba. De acordo com Renk (2006), o *caminho das tropas* proporcionou o surgimento da invernagem e novas povoações, já que seu roteiro exigiu a formação de pequenos povoados e pontos de pouso. Fraga (2006) indica que os tropeiros eram parte da vida da zona rural e pequenas cidades sul-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Além disso, a movimentação das tropas determinou também a mais importante ligação territorial brasileira, afinal criou um imenso corredor cultural com influência nos usos, costumes, tradições e cultura da época (FRAGA, 2006). Nas fazendas, o ciclo permitiu a passagem do criatório à invernagem e de criadores a intermediários, cujo resultado se deu com a apropriação do solo e fechamento dos campos reúnos, propriedades privadas destinadas ao descanso das tropas em viagem diante do aluguel para a invernada (RENK, 2006).

Mapa 1: Caminho de tropas em Santa Catarina.



Fonte: Foetsch (2014). Adaptado por: Alan Alves Alievi (2021).

Entretanto, nos idos de 1870, o tropeirismo e as fazendas de criar, por consequência, entram em declínio também impulsionado pela introdução de ferrovias. O resultado, para Renk (2006) é a dispersão da família fazendeira e fragmentação de grandes áreas por herança ou partilha.

AS MUITAS QUESTÕES DE LIMITES

Fraga (2010, p. 66) esclarece que apesar da constituição de 1891 determinar que disputas territoriais nas recém-criadas unidades federativas fossem resolvidas politicamente, “Santa Catarina buscou uma solução judicial para o problema através de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF)”. Com a defesa do conselheiro Silva Mafra, o Estado reivindicou a posse da área situada ao sul dos rios Saí-Guaçu, Negro e Iguacu, ou seja, por limites naturais. Tendo o Paraná uma defesa elaborada pelo conselheiro Joaquim da Costa Barradas, o STF decidiu ganho de causa em favor de Santa Catarina em julho de 1904. Inconformado, o Paraná embargou a decisão, mas em 1909, o embargo foi recusado e Santa Catarina obteve o ganho de causa mais uma vez, desta vez sendo defendida pelo futuro presidente da República, Epitácio Pessoa. Os interesses do Paraná eram defendidos por Rui Barbosa, mas diante dos embargos, coube ao estado a contratação do jurista Inglês de Souza, antes que o STF mantivesse o acórdão em julho de 1910, cabendo, portanto, a execução da sentença. Com o falecimento do Conselheiro Mafra, Santa Catarina passou a contar com os trabalhos de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, que requereu a expedição do mandato executório que o juiz federal da Seccional do Paraná deixou de cumprir, enviando, em seu lugar, uma carta testemunhável que resultou no seu julgamento (FRAGA, 2010).

Entretanto, já se incendiara o estopim nos campos do Irani – A guerra e o genocídio nas terras contestadas haviam iniciado. E, naquele momento, do lado paranaense, a imprensa incitava os ânimos, o bairrismo se exaltava e se usavam argumentos como criminalidade no território catarinense do Contestado (FRAGA, 2010, p. 66).

O agravamento da situação em função da Guerra do Contestado fez com que o presidente da República Wenceslau Braz intervisse na questão. Em busca de uma solução, nomeou um comandante da Marinha para servir de emissário entre os governos, propondo a divisão do território. “No dia 20 de outubro de 1916 foi assinado o acordo de limites pelo

presidente do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt” (FRAGA, 2010, p. 67), ficando o Paraná com 20.310 km², tendo cedido Canoinhas, Papanduva e Itaiópolis, e Santa Catarina com 27.570 km² cedendo Palmas e Clevelândia. Já a cidade da margem esquerda do Iguaçu, Porto União da Vitória, fundada por paulistas, acabou dividida para formar União da Vitória em território paranaense e Porto União, catarinense.

Uma vez que a terra era brasileira e ainda se discutia se era catarinense ou paranaense, a União concedeu para a Cia. Brazil Railway Company - BRC o direito de construção da EFSPRG e exploração das margens da ferrovia. De acordo com Queiroz (1966), a estrada obteve uma concessão de terras equivalentes a uma superfície de quinze quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total deveria ser escolhida e demarcada sem considerar sesmarias ou posses, dentro de uma zona de quinze quilômetros para cada lado. Fraga (2010) mostra que para colonizar as terras recebidas como pagamento pela construção, a Brazil Railway tratou de colocar para fora de seus domínios todas as pessoas que ocupavam terras sem possuir títulos de propriedade a partir de 1911.

Embora seja possível dizer que a iniciativa, bem como a concessão feita à companhia, contrariava a Lei de Terras de 1850, já que não dependia de títulos de compra, é preciso ressaltar que estas foram subvenções do governo brasileiro à companhia construtora, conforme previsto em decreto. O governo paranaense (cujo vice-presidente do Estado, Affonso Camargo, era advogado da Brazil Railway) reconheceu os direitos da empresa e “aos posseiros que ousava se opor às medidas de despejo, a Brasil Railway enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados” (FRAGA, 2010, p. 123). No mesmo ano, com o intuito de explorar as terras obtidas às margens da ferrovia, a Brazil Railway criou uma companhia subordinada: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Ela e a Brazil Development & Colonization Company “protagonizaram as grandes transformações após a inauguração da ferrovia na região do Contestado” (VALENTINI, 2009, p. 115).

Espig (2008, p. 117) aponta se tratar de “um verdadeiro plano de colonização embutido na concessão da EFSPRG e que, caso fosse concluído, teria modificado as condições históricas de colonização da zona servida pela ferrovia em questão”. Uma vez concluída a construção da EFSPRG e cumpridos os prazos com a União, tem início uma nova

fase da atuação da BRC no Brasil por intermédio da exploração da madeira e da colonização das terras à margem da ferrovia.

A ERVA-MATE

Sack (1986, p. 19) entende a territorialidade humana no sentido da “tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando controle sobre uma área geográfica”. Para Raffestin (1993, p. 34) a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”, o que torna mister para entender como a erva-mate adquiriu um caráter de fundamental importância a partir do final do século XIX.

Concomitante ao declínio do tropeirismo, a exploração comercial da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) avançou com a disseminação do hábito de consumo da infusão das folhas trituradas em água quente ou fria, uma tradição herdada dos povos indígenas e assimilada pelos paulistas e portugueses dos Campos de Curitiba ao Rio Grande do Sul e espanhóis do Prata (QUEIROZ, 1981; GERHARDT, 2013). Para Brandt (XXXXXXX) as plantas encontradas em solo brasileiro eram comercializadas desde o início do século XIX, sobretudo na região de Curitiba, de tal forma que os viajantes que percorreram a região sugeriram que a atividade poderia se transformar em um importante produto comercial dado que a planta criava-se espontaneamente. “O grande uso, que desta bebida se faz na província, e nas de Santa Catarina e Rio Grande, e já adotado por muita gente na metrópole, augura ao país outro ramo de comércio” (CASAL, 2010, p. 109).

Mapa 2: Região dos ervais no Brasil.



Fonte: Gerhart, 2013.

Três anos depois, Saint-Hillaire (1978) enfatizou a grande importância da exportação do produto para Curitiba. Mas foi o monopólio estatal do governo paraguaio sobre a produção de erva-mate que impulsionou a procura de melhores ou iguais condições de lucro em sua exploração no Brasil. Assim, se os campos “marcaram as superfícies por onde se estendeu a frente pastoril, os trechos de floresta indicam aqueles por onde se espalhou a atividade extrativa” (QUEIROZ, 1981, p. 32) a partir, segundo Machado (2004), de agentes como escravizados, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros em busca de novas terras, partindo principalmente dos campos de Lages, Curitibaanos e Campos Novos, a leste, e dos campos de Palmas e Guarapuava, a noroeste e oeste. Em Santa Catarina, onde a extração comercial já era destaque no final do século XIX, os ervais atraíram não somente os moradores de origem brasileira, mas também paraguaios e argentinos. Uma situação agravada pela indefinição de limites entre o Brasil e a Argentina e pelas incursões predadoras para colheita dos ervais.

Ferreira e Dias (2011) apontam que a área territorial disputada pelos dois países era de 33.621 km² de terras atualmente incorporadas ao Oeste catarinense e Sudoeste paranaense,

parte de um território que ainda seria disputado pelos dois estados brasileiros durante a Guerra do Contestado.

Não obstante as tentativas de ocupações anteriores, o povoamento de tal segmento fronteiriço começou a consolidar-se nos anos finais do século XIX e mais efetivamente a partir do início do século XX, sobretudo com o desenvolvimento do ciclo econômico da erva-mate nativa do Brasil, que era exportada principalmente para a Argentina. A partir de 1900, várias companhias argentinas compradoras do mate brasileiro se fixaram ao longo dessa zona fronteiriça (FERREIRA; DIAS, 2011, p. 150).

Segundo Renk (2006), a denúncia de que a Argentina pretendia estabelecer colônias nos ervais às margens do Rio Uruguai preocupou as autoridades brasileiras a ponto do governo brasileiro instituir a criação de colônias militares na década de 80 do século XIX. Entretanto, para Brandt (2014), a exploração da erva-mate na região, seja realizada por sítiantes independentes, seja por companhias ervateiras, seria um dos fatores que contribuiriam para o assentamento efetivo da população.

A erva-mate seria inclusive moeda corrente entre a população cabocla que permanecia na condição de sítiante independente, cuja produção era vendida a essas companhias. As folhas da erva-mate, após a colheita e o sapeco, eram vendidas a comerciantes locais, muitos deles argentinos – alguns dos quais também ervateiros – na base da troca, por gêneros alimentícios e outros produtos de consumo não produzidos nas suas terras como tecidos, sal açúcar, café, pólvora, dentre outros (BRANDT, 2014, p. 463)

Ainda segundo Brandt (2014) a implementação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande no início do século XX, cujo traçado margeava o Rio do Peixe, dinamizou a produção de erva-mate nas áreas próximas, atraindo interessados na exploração das terras e comerciantes que despachavam o produto. Para Marsango (1996), ervateiros paraguaios chegavam a recrutar trabalhadores paraguaios para extrair a erva na região da atual cidade de Joaçaba.

Ele entrava nesse sertão, assim ajeitando, arrumando pra comprá a erva-mate, isto foi depois que abriram a estrada de ferro, aqui em Joaçaba, isso foi por 1908, 1909 por aí, esse foi o lugar mais perto pra escoar essa dita erva-mate desses fundão, desse município de Palmas, essa região aqui, por esses lados aqui se não antes de explorar essa estrada, aqui pra Joaçaba, eles extraíam essa erva. Saia no sentido de Porto União, era mais longe e aqui quando a estrada de ferro passou a transitar em Cruzeiro do Sul, até um tempo, passou a se chamar Estação Erval motivo que entrava muita erva-mate, naquela estação ali, este Simões Cavalheiro organizou, ele explorava erva e viajava, viajava muito pro Paraguai, Rio Grande do Sul, ele arrumou um comissão de uns vinte paraguaios, naquela época em 1910, então ele contava com os paraguaios que moravam aqui [...] (MARSANGO, 1996).

Pode-se afirmar que a valorização da erva-mate e o desenvolvimento do setor foram importantes fatores de atração de diversas famílias. Entretanto, também marcam o início de um intenso processo de apropriação privada da terra, especialmente a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850. Gadelha (1989), com base em Marx, defende que a acumulação capitalista implica na condição de retirar da terra a sua condição natural de produção para que seja transformada em mercadoria, portanto um elemento de compra e venda no mercado. Com a Lei de Terras de 1850, cuja finalidade principal era destituir as antigas formas de apropriação do solo e preservar a estrutura das grandes propriedades (GADELHA, 1989), as terras devolutas passaram a ser obtidas apenas por compra e venda. Pode-se falar no “começo de um período em que a terra não era só um instrumento para explorar o trabalho do outro e extrair excedente, mas era também uma base de acumulação capitalista – a conversão da renda da terra em capital” (MARTINS, 1986, p. 34). Na prática, a legislação territorial brasileira subjugou o trabalho à terra, pois “a renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1981, p.32).

Em termos monetários, a erva-mate figurou como principal produto de exportação de Santa Catarina desde o início do século XX. Em 1909, significou uma exportação de 6.562.100 toneladas, a um valor correspondente de 1.661:960\$762. Logo em seguida vieram a manteiga, a banha, a farinha de mandioca, a madeira e o arroz. A carne de porco ocupou a 14ª posição (SANTA CATARINA, 1910). E mesmo com as dificuldades que viriam ao final da década de 1910, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a redução das exportações para atender ao mercado interno, a comercialização de produtos como erva-mate, banha, madeira, tecido, farinha de mandioca, manteiga e fumo com o mercado externo voltou a crescer com destaque para o mercado argentino, consumidor de erva-mate.

Em 1919, nota-se algum decréscimo na exportação de arroz, gado em pé, polvilho, farinha de trigo e feijão. Este fenômeno se explica quer pela baixa dos preços de venda de vários gêneros nos respectivos mercados de consumo, quer por terem sido alguns desses produtos, como a farinha de trigo, solicitados em maior escala pelo consumo interior, em substituição aos importados, que antes, lhes opunham concorrência. Quanto ao gado, o decréscimo deve ser levado à conta da febre aftosa que nos dizimou os rebanhos (SANTA CATARINA, 1920, p. 57).

Caminhando para o final da década de 1920, algumas mudanças foram notadas na exportação no que remete ao valor e quantidade de produtos vendidos. Os valores entre 1927 a 1929 indicam que os principais produtos que apresentaram aumento no valor da exportação

foram a erva-mate (64,4%), o gado (64,2%), a madeira (47,3%), a banha (22,4%) e produtos suínos (4%). Estes dados mostram que a erva-mate ainda representava o principal produto para economia catarinense, embora em quantidade tenha ficado atrás da banana (135%); feijão (66%); farinha de mandioca (47%); gado (95%) e a madeira (43%) em percentual de crescimento. Entretanto, documentos do Governo Estadual indicam que seus principais produtos são erva-mate, madeira, banha, manteiga, feijão, gado, cigarrilhos, queijos, couros e solas, arroz, tecidos e seus derivados e produtos suínos (SANTA CATARINA, 1930). Chama a atenção a evolução da madeira, que evoluiu da 5ª à 2ª posição em termos de relevância, e o fraco destaque aos produtos suínos.

A MADEIRA E A EXPORTAÇÃO

O crescimento da indústria da madeira foi amplamente impulsionado pela construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e pela colonização imbuída em seu projeto. Gemeli (2018) aponta que a construção de ferrovias implicava, entre outras coisas, no aquecimento das indústrias responsáveis pelos materiais necessários para o assentamento dos trilhos.

A existência de vias de transporte também viabilizava a incorporação daqueles espaços às práticas imperialistas, que caracterizavam, naquele momento, a rapina do território brasileiro há quatrocentos anos. Nesse sentido, nos referimos, sobremaneira, aos interesses em torno da riqueza em potencial da floresta a ser mercadificada. (GEMELI, 2018, p. 89)

Outro ponto de interesse para a construção da ferrovia, segundo Thomé (2010), foi a exploração de madeira já que o potencial madeireiro da araucária já era conhecido desde o final do século XIX, sendo sua exploração impossibilitada pela ausência de vias de transporte. Assim, antes de implantar seu projeto colonizador para venda de lotes, a Brazil Railway Company, por meio de sua subsidiária, Southern Brazil Lumber and Colonization Company deu início à exploração de madeira em larga escala, chegando a tornar a serraria de Três Barras a maior da América do Sul e uma das maiores do mundo (THOMÉ, 1980), onde eram serrados diariamente 300 m³ de madeira e 1.050 dúzias de tábuas em 10 horas de trabalho, com todas as operações mecanizadas, desde a coleta no interior da floresta até seu desdobramento e armazenagem (QUEIROZ, 1966). Nas proximidades do atual município de Calmon, a *Lumber* instalou outra serraria em 1909, igualmente importante, cujo objetivo foi

servir à construção da ferrovia, retirar madeira para exportação e fabricar dormentes onde seriam assentados os trilhos em uma área de 51.691 hectares (THOMÉ, 1980).

Carvalho (2010) indica que antes da instalação da *Lumber*, a exploração da madeira era realizada por pequenas serrarias para atender às necessidades locais das pequenas vilas e colônias, utilizando técnicas simples e força de trabalho humana.

A partir de 1915, segundo Queiroz (1966), a *Lumber* passou a vender lotes ao longo da estrada de ferro aos colonos estrangeiros, depois de expulsar os posseiros e antigos proprietários. Thomé (2010) afirma que a chegada de imigrantes também representa a instalação de empresários ligados à indústria da madeira.

Além da *Lumber*, a ferrovia tornou possível e economicamente viável a construção de um grande número de outras serrarias, em uma extensa área da floresta com araucária que ia da região de Jaguariaíva e Ponta Grossa no Paraná, passando pelo Planalto Norte de Santa Catarina e vale do Rio do Peixe (SC) até o norte do Rio Grande do Sul. À frente dessas iniciativas de montar serrarias estavam antigos coronéis locais e principalmente um grande número de imigrantes europeus e os seus descendentes. (CARVALHO, 2010, p. 128).

A exportação de madeira pela *Lumber* foi uma atividade lucrativa até meados de 1925, quando, segundo Valentini (2009), esgotaram-se as reversas de pinheiros nativos nas proximidades de Três Barras e encerraram-se as exportações para a Europa. Mas a continuidade da exploração estaria assegurada.

Para Goularti Filho (2016) o setor comandou a economia catarinense do início do século XX até o início dos anos 1960, em conjunto com os setores têxtil e alimentar. A indústria madeireira e suas possibilidades contribuíram para a atração de colonos do Rio Grande do Sul, especialmente com o esgotamento as áreas florestais no Alto Uruguai. Diante do enfraquecimento da *Lumber*, pequenos industriais compravam a madeira dos colonos e a revendiam serrada. Em 1937, havia 201 serrarias na região, com uma produção de aproximadamente 1,96 milhão de tábuas, ou 48,5% da produção estadual. Em Caçador, em 1936, encontrava-se 87 serrarias, que evoluíram para 90 no início dos anos 1940.

No Vale do Rio do Peixe, a acumulação de capital reunido a partir da extração e comercialização da madeira impulsionou o início das atividades industriais. Campos (1987) afirma que a madeira servia como uma poupança para os colonos recém-instalados, pois a venda garantia uma pequena reserva financeira para sobreviver aos primeiros anos da colonização. Paralelamente, pequenos proprietários que posteriormente não se envolviam com

a indústria da madeira ou com a erva-mate, de modo geral se dedicavam às atividades agrícolas e à pequena produção mercantil.

AS NOVAS INDÚSTRIAS NO VALE DO RIO DO PEIXE

Enquanto no final dos anos 1920, a erva-mate catarinense tinha como principais destinos a Argentina, Chile, Uruguai, Alemanha e Estados Unidos, a madeira era direcionada para Argentina, Alemanha, Uruguai e Estados Unidos, além do mercado interno, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Destino das exportações de erva-mate e madeira catarinenses em 1929

Destino da exportação de Erva-mate (1929)	Valor	Destino da exportação da Madeira (1929)	Valor
Argentina	10.236:865\$	Argentina	3.221:567\$
Chile	1.805:568\$	Alemanha	1:612\$
Uruguai	89:029\$	Uruguai	139:805\$
Alemanha	66:970\$	Estados Unidos	6:639\$
Estados Unidos	9:745\$	Rio de Janeiro	4.874:343\$
Suécia	480\$	São Paulo	2.128:708\$
Holanda	320\$	Rio Grande do Sul	404:857\$
Áustria	160\$	Paraná	394:796\$
Rio Grande do Sul	1.075:129\$	Bahia	279:193\$
São Paulo	42:610\$	Pernambuco	208:951\$
Paraná	7:670\$	Alagoas	123:544\$
Mato Grosso	64:740\$	Rio Grande do Norte	48:649\$
Rio de Janeiro	34:812\$	Sergipe	20684\$
Bahia	10:116\$	Minas Gerais	6:670\$
Pará	6:180\$		
Rio Grande do Norte	5:736\$		
Ceará	432\$		
Alagoas	120\$		
Sergipe	108\$		

Fonte: Santa Catarina, 1930.

Esta situação tende a mudar com a fixação de colonos vindos do Rio Grande do Sul, Leste catarinense ou do continente europeu, que ocupavam pequenos lotes de cerca de 25 a 30 ha, onde criavam pequenos animais como porcos e galinhas e plantavam milho, trigo, feijão, mandioca, etc., ao que Espíndola (2002, p. 28) trata como "a constituição do complexo rural sul brasileiro, predominantemente de pequenos produtores mercantis de origem europeia". Como aponta Mamigonian (1986, p.104) a estrutura econômica se altera, pois, muitos dos estabelecimentos pertenciam a "pequenos agricultores independentes, artesões, operários,

pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho a partir da origem europeia, já em processo de industrialização". Rangel (1990), por sua vez, indica que a divisão territorial do trabalho em Santa Catarina, em sua totalidade, interessava as oligarquias rurais regionais cuja base era voltada para o mercado interno.

Diante da Primeira Guerra Mundial, com o crescimento do mercado interno nacional e valorização de bens agrícolas, coube à pequena produção mercantil do Sul do país o abastecimento de outras regiões do Brasil, especialmente com produtos de origem animal como banha e carne suína e de aves (MAMIGONIAN, 1976). O momento, portanto, indica o fortalecimento da indústria da carne em todo Sul. Espíndola (2002) evidencia a gênese dessa nova atividade industrial:

Com efeito, a maioria dessas unidades foram criadas por pequenos produtores mercantis e pequenos comerciantes locais que não mediam esforços na constituição de pequenos negócios. Paulatinamente, ao lado da multiplicidade dos estabelecimentos artesanais originados no interior do complexo rural, foram emergindo outros nas áreas urbanas. Dessa forma, o excedente econômico criado permanecia em grande parte na região, formando uma base indispensável à gênese da nova indústria de carne no Sul do Brasil (ESPÍNDOLA, 2002, p. 39).

Este excedente econômico foi um dos fatores condicionantes para o surgimento da nova indústria de carne em Santa Catarina, associado à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande que servia como meio de escoar as mercadorias. Já na década seguinte, por volta de 1937, a exportação de carne suína catarinense para outros estados brasileiros foi de 24.295 cabeças, ou cerca de 3 toneladas. Já a banha, entre 1932 e 1937, aumentou de 7 para 8,723 toneladas, tendo como principal exportador o município de Campos Novos. Segundo Espíndola (2002), em 1937 havia três fábricas de banha instaladas em Campos Novos e outras três em Caçador, que também possuía duas firmas de salames e atuava, ainda, na exportação de suínos vivos. “Assim, o Oeste nasce especializado na oferta de animais, enquanto os frigoríficos do Sul e Nordeste do estado, juntamente com os do Rio Grande do Sul, sofrem com o elevado número de pequenos negócios que se diversificam para abastecer a economia local” (ESPÍNDOLA, 2002, p. 45).

Diante da especialização e implementação da base tecnológica produtiva direcionada para produtos de origem animal e derivados e beneficiamento da madeira, o Vale do Rio do Peixe assistiu ao declínio na produção e exportação de produtos de destaque, a exemplo da erva-mate, em função de uma divisão territorial do trabalho que é tanto mais intensa quanto a presença econômica for mais acentuada. Não por acaso, Thomé (1995, p. 61) salienta que a

exportação catarinense de erva-mate "começou a perder a privilegiada posição na pauta dos produtos exportados, primeiro para a madeira e depois para os têxteis".

EXPORTAÇÃO NO VALE DO RIO DO PEIXE: SÉCULOS XX E XXI

No decorrer dos séculos XX e XXI o Vale do Rio do Peixe passou por diversas transformações sociais, econômicas e estruturais, tais como o surgimento de muitos municípios, permitindo trabalhar a questão da rede urbana. Segundo Corrêa (2006, p.26) ela “é simultaneamente reflexo *da* e uma condição para a divisão do trabalho, historicamente a forma mais avançada da divisão social do trabalho”. São as funções das cidades articuladas (bancos, indústrias, serviços, saúde, comércio, etc.) que dão condições para a divisão territorial do trabalho. Logo, algumas cidades da região de estudo se destacam, seja em número de estabelecimentos industriais, comerciais e/ou na exportação, o que revela uma hierarquia urbana existente entre os 28 municípios que a compõem.

É o caso dos municípios evidenciados no Quadro 2, que indica a quantidade de estabelecimentos por setor da economia entre as principais cidades da região em pauta.

Quadro 2: Estabelecimentos segundo setores da economia – 2020

Ano 2020				
Município	Estabelecimentos			
	Agropecuário	Comércio	Indústria	Serviços
Campos Novos	187	379	195	395
Joaçaba	28	522	212	799
Caçador	178	677	358	735
Videira	108	606	374	787
Piratuba	8	41	41	44
Fraiburgo	125	355	167	359
Herval d'Oeste	11	147	156	149

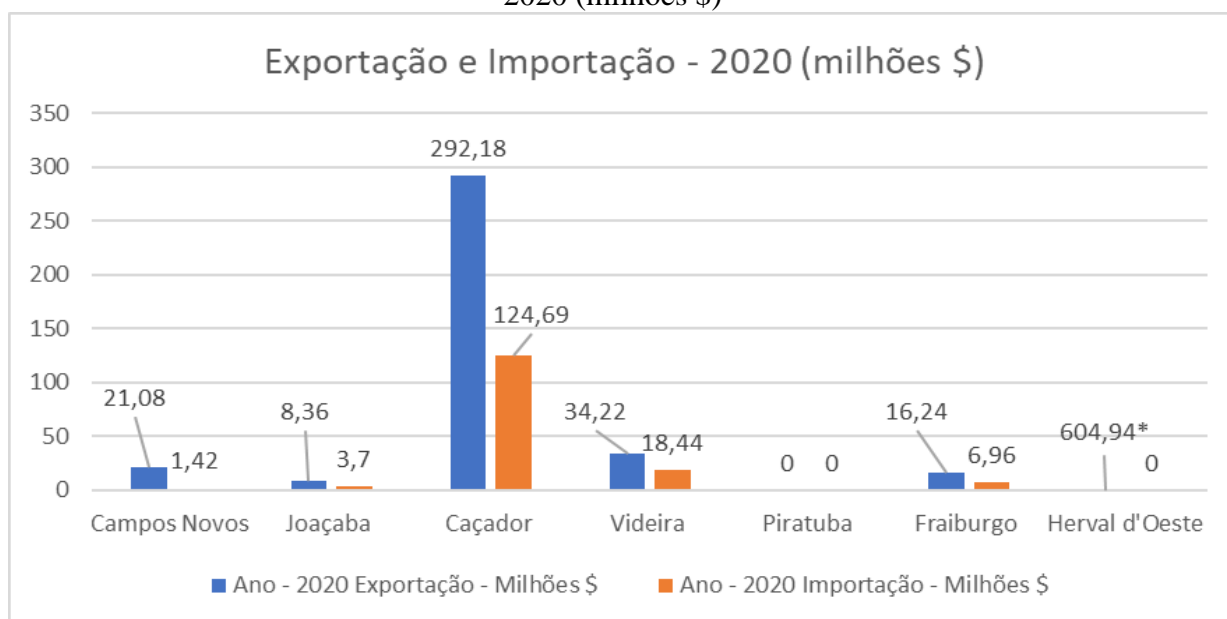
Fonte: Observatório da FIESC, (2020). **Elaborando por:** Diego da Luz Rocha, (2022).

No setor agropecuário, Campos Novos se destaca com 187 estabelecimentos, Caçador vem em segundo lugar com 178, Fraiburgo com 125 e Videira com 108. Já com relação ao número de empregos gerados no setor, há uma mudança de posições, pois

Fraiburgo têm 1.963 empregados, Videira conta com 1.613, Piratuba com 1.399, Caçador com 1.165 e Campos Novos apenas com 947 (FIESC, 2020).

Nos outros setores, o município de Caçador ganha destaque no comércio com 677 estabelecimentos e 13.398 empregos na indústria, distribuídos entre 358 estabelecimentos. Videira desponta com 374 estabelecimentos industriais e 7.598 empregos gerados em 2020. Joaçaba, por sua vez, é destaque nos serviços com 799 estabelecimentos. O montante de empresas está diretamente ligado à produção e receita gerada pelos processos de exportação e importação locais, cujos dados podem ser vistos no Gráfico 1.

Gráfico 1: Exportação e Importação dos principais municípios do Vale do Rio do Peixe – 2020 (milhões \$)



*no município de Herval d'Oeste tem valor em milhar

Fonte: Observatório da Fiesc, (2020). **Eborado por:** Diego da Luz Rocha, (2022).

Com uma planta industrial voltada ao mercado externo, o município de Caçador desponta nos quesitos exportação/importação em relação aos demais, com uma exportação total de \$292,18 milhões. Entre os produtos mais vendidos para outros países, segundo a

FIESC (2020) estão: material para carpinaria (35,4%); móveis diversos (14,4%); materiais de couros de bovino e equino (10,3%); madeira MDF (7,5%); molduras de madeira (7,1%); soja (4,9%); couros e pele curtidos (4,9%); madeira serrada (4,04%) e partes de calçados (1,94%). Isso significa que madeira e móveis corresponderam a 70,66% do total das exportações do município e, indo além dos números, significa dizer que a base econômica da cidade ainda é a madeira, conforme apontou Goularti Filho (2016) ao descrevê-la como uma cidade polo na produção de madeira na década de 1930, com 87 serrarias, e 75 em 1944.

Os países que mais importam produtos de madeira e móveis de Caçador são: Estados Unidos (59,1%), China (3,34%), França (2,32%), entre outros países do continente americano, europeu, asiático, africano e para Oceania. Para efeito comparativo, no ano de 2021 Caçador exportou \$399,84 milhões de dólares.

Já a cidade de Videira possui outras especificidades funcionais na rede urbana do Vale do Rio do Peixe e, conforme observado por Corrêa (2016), é a divisão territorial do trabalho que permite visualizá-las. Nela, a atividade agroindustrial (alimentos e bebidas) responde por 74,71% das exportações, seguida por produtos químicos e plástico (13,46%) e madeiras e móveis (10,21%). As relações comerciais se dão com países como Estados Unidos (29,36%), Argentina (11,71%), Uruguai (11,60%), Egito (3,24%) Colômbia (2,88%) México (1,40%), Arábia Saudita (1,74%) e Portugal (1,59%) (FIESC, 2020).

Campos Novos, por sua vez, exportou 52,42% de produtos relacionados à madeira e móveis; 27,47% de celulose e papel; 8,50% de máquinas e equipamentos; 5,38% de produtos agropecuários e 4,72% de alimentos e bebidas, destinando para países como: Estados Unidos (53,65%), Argentina (2,26%), Chile (5,15%), Uruguai (4,19%).

O município de Fraiburgo tem em seu mix de produtos exportados a madeira e móveis (76,21%); produtos agropecuária (12,44%); celulose e papel (7,23%); alimentos e bebidas (2,44%) e indústria cerâmica (1,22%), para Estados Unidos (73,29%), Argentina (4,94%), Rússia (4,47%), China (1,76%), Índia (1,05%), Marrocos (2,04%).

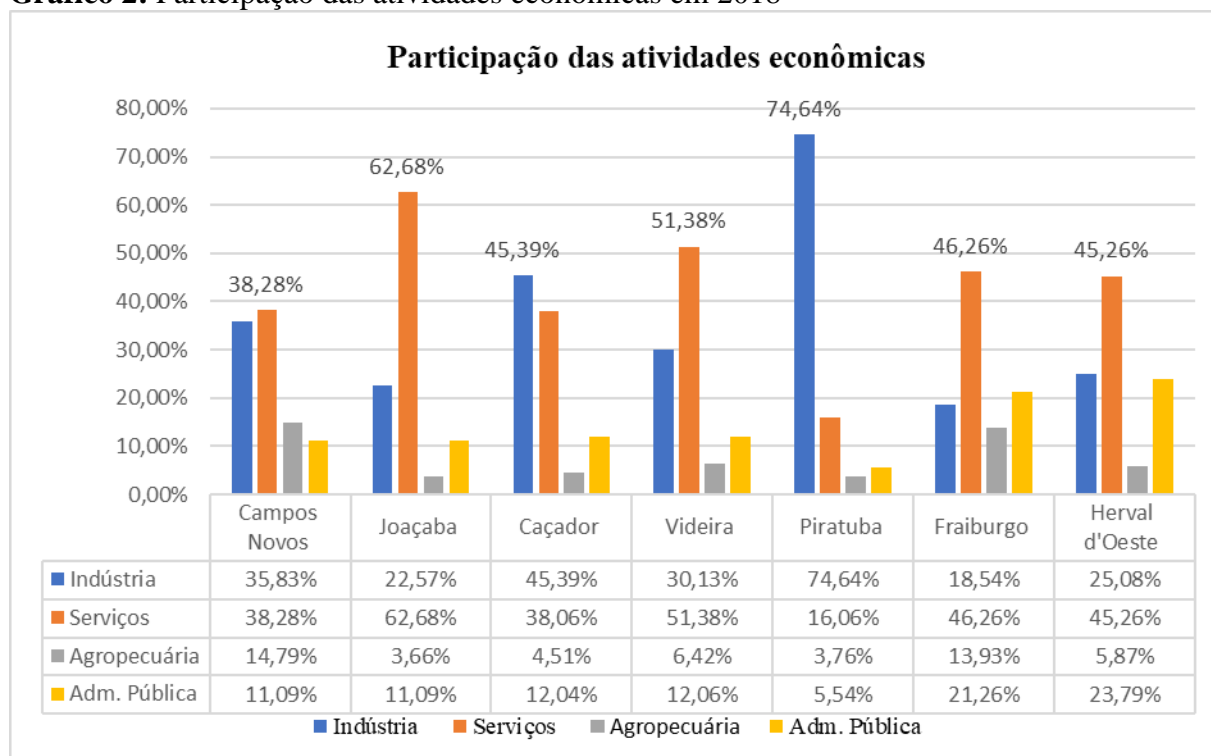
Por fim, o município de Joaçaba ocupando a quinta posição em no ranking local de valor de exportação, tem os alimentos e bebidas como 63,17% do total exportado, seguido por máquinas e equipamentos com 18,82% e produtos químicos e plásticos com 17,40%. Diferente dos demais municípios, o país que mais importou produtos de Joaçaba foi a Índia com 32,43%, seguida pela China (12,46%), Países Baixos (8,51%), Uruguai (5,36%),

Guatemala (4,78%), Turquia (3,24%), Espanha (3,76%), entre outros país com participações inferiores a 1% (FIESC, 2020).

As exportações destes municípios tiveram poucas alterações se comparadas ao ano de 2019. No comparativo entre o 2019 e 2020, apenas Caçador reduziu o valor exportado de US\$ 313 milhões para US\$ 292 milhões respectivamente, uma redução de 6,7%. Os outros municípios apresentaram aumento nas exportação no ano subsequente, mantendo a tendência para 2021.

Outro indicador de análise do perfil destes municípios é a participação das atividades econômicas, dando uma visão mais geral de qual setor da economia tem mais contribuído para o PIB e ao mesmo tempo demonstrando o principal setor econômica de maior destaque.

Gráfico 2: Participação das atividades econômicas em 2018



Fonte: Observatório da FIESC, (2018). Elaborado por: Diego da Luz Rocha, (2022).

Analisando o Gráfico 2 percebe-se qual é o setor econômico com mais participação entre os municípios elencados. Em Caçador, a indústria representa 45,39%, com PIB de (R\$ 3,53 bilhões). Em Joaçaba é o setor de serviços com 62,68% e seu PIB de R\$ 1,81 bilhão. Videira se destaca nos serviços 51,38% e o PIB de R\$ 2,70 bilhões. Entretanto a cidade de Fraiburgo apresenta maior dinâmica no setor de serviços com 46,26%, tendo praticamente a mesma porcentagem de Herval d'Oeste (45,26%) enquanto Campos Novos atinge seu auge no mesmo setor, mas com uma porcentagem inferior (38,28%), acompanhada de perto pela indústria, com percentual de 35,83% e um dos maiores PIB da região (R\$ 2,19 bilhões). Em Piratuba, a marca de 74,64% de participação da indústria no PIB é a maior entre as cidades analisadas, com valor absoluto de R\$ 193,1 milhões. (FIESC, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX e início do XX, a presença de grandes ervais nativos marcou a exportação catarinense. Um produto tão rentável que recebeu limites de colheita e tributação por parte do Governo do Estado. Porém, o declínio da erva-mate coincide com o avanço da colonização do Vale do Rio do Peixe e o fortalecimento de outras indústrias, tal como a madeireira e, mais tarde, agroindústria da carne e derivados.

É através da divisão territorial do trabalho, com forte ligação com o passado histórico-econômico, que a reestruturação produtiva pode ser vista no Vale do Rio do Peixe e continua delimitando espaços e posições na hierarquia urbana. Cidades como Joaçaba e Herval d'Oeste, antes fortemente ligadas ao ciclo da erva-mate, atualmente se destacam no setor de serviços, oferecendo muitas funções para os municípios mais próximos e agindo, portanto, como polo de atração. Caçador, por sua vez, fortemente ligado à tradição da madeira, mantém a mesma característica. Não por acaso, Joaçaba - Herval d'Oeste e Caçador são cidades polo de suas regiões de influência, as quais abrangem os 28 municípios do Vale do Rio do Peixe, sendo que a segunda ainda faz parte de uma das oito regiões intermediárias do Estado de Santa Catarina. As duas ainda figuram como Capital Regional C, segundo a REGIC (IBGE, 2018), demonstrando sua centralidade na hierarquia urbana.

Enquanto a hierarquização dos centros urbanos e sua permanência na posição ao longo do tempo podem ser explicadas pela retroalimentação, em que resultados de relações e decisões econômicas contribuem para sua continuidade, uma atividade econômica sempre terá

benefícios ao se instalar próximo dos seus pares. Assim se foi no passado que as firmas se instalaram em determinadas cidades por motivos explicados por algum evento exterior, como fontes de matéria-prima, sua expressividade no futuro dependerá da atração de empresas em áreas próximas, reforçando um padrão de localização.

REFERÊNCIAS

AIRES DE CASAL, Manoel de. **Corografia brasílica ou relação histórico geográfica do Reino do Brasil**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003003.pdf>>. Acesso em: 5 maio. 2010.

BRANDT, Marlon; SILVA, Naiara S. **A coleta da erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina**: apropriação privada de terra e rupturas (décadas de 1900 a 1940). *Soc & Nat.*, Uberlândia, 26 (3): 459-469, set/dez, 2014.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense. 1987. 373 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Editora UFSC, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Porto Alegre: UFRS, 2008.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias da carne do Sul do Brasil**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FERREIRA, Maristela; DIAS, Leila Christina. Territorialidades transfronteiriças na zona da fronteira seca internacional Brasil-Argentina. In: DIAS, Leilas Christina; FERRARI, Maristela (Orgs). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular, 2011

OBSERVATÓRIO DA FIESC. **Federação das indústrias de Santa Catarina**, 2022. Disponível em: <<https://observatorio.fiesc.com.br/indicadores>>. Acesso em: 15, maio de 2022.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil. 2006. Tese (Doutoramento em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

_____. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. "**Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão**: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX." Revista História, jan/jul de 1989: 153-162.

GEMELLI, Diane Daniela. "**Onde planta o pinus não dá mais nada**": degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). Tese. Doutorado em Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 2018.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da erva-mate**. 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. rev. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades, 2018**. IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MAMIGONLAN, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central Pecuário. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 51. São Paulo: AGB, 1976.

_____. Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis, GAPLAN, 1986.

MARSANGO, Davi. Entrevista realizada com Davi Marsango. Ponte Serrada, Santa Catarina, em 15 de novembro de 1996. *Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina* (CEOM), Chapecó, 1996

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, INGÁIO M. **Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 2. ed. São Paulo, 1990.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006

SACK, R. D. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge University Press, 1986

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Ed. da USP, 1978.

SANTA CATARINA. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governo do Estado**. Florianópolis, 1910.

_____. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governo do Estado**. Florianópolis, 1920.

_____. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governo do Estado**. Florianópolis, 1930.

SANTOS, Silvio Coelho. **O homem índio-sobrevivente do Sul**: antropologia visual. Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro**: a ferrovia no Contestado. 1ª edição. Caçados: 1980.

_____. **Ciclo da Madeira: História da devastação da floresta da araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na região do Contestado no século XX**. Caçador: Universal, 1995.

_____. **O Ciclo da madeira no Contestado**: um retrato do século XX. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1912-1916).” Porto Alegre, 2009.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.